

# O padrão de reprodução do capital e um caminho para entender o neodesenvolvimentismo

*Helena Marroig Barreto<sup>1</sup>*

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é introduzir as bases do pensamento de Ruy Mauro Marini, através de sua análise da economia brasileira pela ótica do ciclo de capital. Pretende-se apresentar alguns conceitos introduzidos pela retomada crítica da teoria marxista da dependência, em especial o de padrão de reprodução do capital, já iniciado por Marini. Espera-se assim poder fornecer ferramentas para realizar uma análise da atual condição da América Latina, desmistificando os diagnósticos convencionais sobre o tema, e revelando que o subdesenvolvimento ainda se reproduz e se amplia na região.

**Palavras-chave:** Teoria Marxista da Dependência. Ruy Mauro Marini. Padrão de Reprodução do Capital. Neodesenvolvimentismo.

## ABSTRACT

The aim of this work is to introduce the basis of Ruy Mauro Marini's thought, through his analysis of the Brazilian economy with the capital cycle. Also, the study intends to show some concepts presented by the critically renewed marxist theory of dependency, especially regarding the pattern of capital accumulation, already introduced by Marini. By that, this work hopes to be able to provide tools to operate an analysis of the current situation in Latin America, demystifying the conventional diagnosis on the matter, and revealing that the underdevelopment is still reproduced, and amplified, in the continent.

**Keywords:** Marxist Theory Of Dependency. Ruy Mauro Marini. Pattern Of Capital Accumulation. Neo-Developmentalism.

---

<sup>1</sup> Estudante de mestrado no Programa de Pós Graduação em Economia no Instituto de Economia da UFRJ. Email: helenamarroig@hotmail.com

## Introdução

Ruy Mauro Marini é um importante pensador latino americano, nascido em 1932, quando o pensamento latino americano entrava em sua época áurea. Contrapondo-se ao pensamento ortodoxo, teóricos do continente começaram já na década de 30, sob a égide de Raul Prebisch, e outros, a reapropriar o conceito de subdesenvolvimento numa formulação original. Suscitando a interdisciplinaridade e a análise histórica, tais pensadores puderam estabelecer novos parâmetros para o debate desenvolvimentista. O subdesenvolvimento deixa de ser pensado simplesmente como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas passa a ser concebido numa relação integrada de centro-periferia, com dinâmica própria e diferenças qualitativas.

Essa nova corrente da região teve como centro difusor a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina), braço da ONU que reuniu diversos intelectuais agrupados sob a ampla categoria de pensamento histórico-estruturalista<sup>2</sup>. A ideologia síntese desses pensadores foi o desenvolvimentismo, que pregava a industrialização via substituição de importações como forma de superar o atraso, apoiada por forte planejamento estatal<sup>3</sup>.

A partir de 1964, entretanto, as ciências sociais no Brasil sofreram forte impacto. O vigoroso desenvolvimento industrial que se observou nas décadas anteriores não foi suficiente para eliminar o atraso, a desigualdade e a dependência. Pior, a radicalização política resultara num retrocesso conservador com o golpe militar, que impunha severas restrições às massas populares. Apesar das críticas, tal opção resultaria em um sucesso econômico para o novo governo ditatorial, a despeito de ignorar questões sociais.. É nesse cenário que a crítica ao desenvolvimentismo floresceria.

Marini, assim como outros intelectuais ligados à teoria da dependência já haviam se afastado do desenvolvimentismo, pela crítica marxista. Em 1964, com o golpe militar, houve grave perseguição aos pensadores de esquerda e eventual expulsão do país. A reunião no exterior permitiu a elaboração de importantes reflexões e trabalhos que deram origem formal à teoria marxista da dependência, e que levou Marini a escrever sua principal obra, *Dialética da Dependência*.

Através da retomada da teoria do valor-trabalho e do pensamento marxista, o autor conecta a análise da América Latina ao capitalismo mundial, pela ótica de um sistema integrado que responde a leis gerais da acumulação. A inserção tardia no sistema capitalista tem profundas consequências para o continente, contribuindo para que a produção interna se organize de forma específica, *sui generis*. Assim, as categorias marxistas clássicas oriundas de análises do capitalismo em geral por vezes se mostram inadequadas para revelar o movimento das economias dependentes, o que

---

<sup>2</sup> BIELSCHOWSKY, 2009, p. 176.

<sup>3</sup> BIELSCHOWSKY, 2009; MARTINS, 2011.

estimula o autor a desenvolver um aparato conceitual próprio às economias periféricas, falando de superexploração do trabalho e subimperialismo, e que permite intermediar diferentes níveis de análise, numa ótica totalizante.<sup>4</sup>

É justamente pela ótica da totalidade, no método marxista dialético histórico e materialista que Marini enxerga o sentido da inserção da América Latina no cenário internacional. Não cabe analisar isoladamente os processos pelos quais o continente passa, mas sim entender sua relação com o sistema capitalista em escala mundial, respondendo às leis gerais da acumulação<sup>5</sup>. Mais ainda, devemos atentar para o fato de que os países inserem-se de maneira diferenciada na economia mundial, o que implica diferentes papéis e relações de hierarquia.

O objetivo deste trabalho é então retomar o pensamento de Marini em sua concepção integrada da inserção latino americana subordinada no sistema mundial. Especificamente, através da categoria de padrão de reprodução do capital, inaugurado pelo autor em um artigo de 1979 e desenvolvido pela retomada crítica da teoria marxista da dependência, espera-se poder fornecer ferramentas para realizar uma análise da atual condição da América Latina, desmistificando os diagnósticos convencionais sobre o tema, e revelando que o subdesenvolvimento ainda se reproduz e se amplia na região.

Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Uma primeira sessão expõe as bases gerais do pensamento de Marini. Em seguida, apresenta-se a análise que o autor opera da economia no final dos anos 1970, através da ótica do ciclo de capital. Apresenta-se na seção seguinte a categoria padrão de reprodução de capital, para então lançar questões para a análise do padrão de desenvolvimento que hoje se impõe na América Latina.

## **I - A inserção latino americana**

Para Marini, a América Latina foi essencial para a consolidação e expansão do capitalismo europeu, e responde a isso. Desde o início de sua colonização, o continente desenvolveu atividades que favoreceram o centro capitalista. O fluxo de bens primários e meios de pagamento (ouro e prata) permitiu o desenvolvimento da grande indústria e, com sua consolidação, foi possível realizar

---

<sup>4</sup> “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. E assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida” (MARINI, [1973] 2000, p. 164).

<sup>5</sup> “Em meu ensaio tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial, e em particular em função de seu instrumento vital, a taxa geral de lucro, que podemos entender a formação da economia dependente” (Ibidem, p.155).

uma especialização do trabalho a nível internacional. Para que o centro capitalista se dedicasse somente à produção de bens industriais, foi vital que o continente latino americano abastecesse o mundo com ampla oferta de matérias primas. Dá-se assim uma divisão internacional do trabalho, sob a qual se fundará a dependência.

Definida nas palavras do autor, “dependência, entendida como uma relação de subordinação [...], em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”<sup>6</sup>. A categoria supera as análises anteriores de periferia, atraso, subdesenvolvimento, etc., na medida em que importa uma visão dialética que coloca a reprodução interna da dependência nas economias atrasadas. A condição imposta pelo capitalismo mundial reorganiza a configuração interna dos países latino americanos e sela seu destino. A partir de então, conforme se expôs em uma das principais obras da teoria da dependência, *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*<sup>7</sup>, um passo que não passe pela supressão do modo de produção vigente (revolução) resulta em novas formas de dependência, ainda que com suas especificidades históricas<sup>8</sup>.

Além da oferta de bens agrícolas, Marini aponta que a América Latina foi essencial como mercado para as manufaturas europeias e permitiu a mudança do padrão de acumulação no centro capitalista, que caminhou de um modo de exploração fundado na mais-valia absoluta para a relativa. É uma passagem de uma exploração fundada em maior desgaste físico do trabalhador (aumento da jornada e da intensidade do trabalho) para outra fundada no aumento da produtividade. O barateamento de bens agrícolas, importantes bens salários, foi vital para permitir que a mais-valia relativa ganhasse preponderância no capitalismo central, o que, contrariamente, terá efeitos opostos na periferia.

Para entender melhor esse ponto, devemos relembrar aqui importantes leis de movimento do capitalismo, já levantadas por Marx<sup>9</sup> em *O Capital*. Tal modo de produção responde à lógica da acumulação de capital e da valorização. O capitalista individual, buscando superar a concorrência, deve investir no aumento da produtividade de seus trabalhadores, e o faz alterando a composição orgânica do capital. Através de maior uso de capital constante, os trabalhadores podem criar mais mercadorias num mesmo período de tempo. O valor individual dessas mercadorias cai com o incremento técnico da produção (já que se expande a quantidade de bens produzidos, mas não seu valor total, dado pelo trabalho empregado). Como o capitalista vende seus bens a uma taxa de lucro

---

<sup>6</sup> Ibidem, p.109.

<sup>7</sup> FRANK, 1968.

<sup>8</sup> “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, [1973] 2000, p.109).

<sup>9</sup> MARX, [1894] 1980.

média, dada pela produtividade da indústria em geral, ele obtém ganhos individuais nesse processo, auferindo uma mais valia extraordinária.

Entretanto, outros capitalistas, também em busca desses lucros extraordinários, tendem a reproduzir as inovações que levaram a tais ganhos. Quando as novas técnicas e a nova produtividade do trabalho atingem as indústrias de bens saláris, o valor da força de trabalho na economia cai (já que é dado pelo valor desses bens saláris). Assim, reduz-se proporcionalmente a parcela de capital variável na produção, elevando-se a composição orgânica de capital em toda a indústria. Com uma composição orgânica de capital crescente, estando constante a taxa de exploração, ocorre uma queda na taxa de lucro. Assim, a acumulação de capital, levada a cabo pela busca de ganhos individuais, põe em marcha um processo perverso, resultando numa baixa tendencial da taxa de lucro. Os capitalistas devem então buscar meios de mitigar essa tendência do progresso capitalista.

De fato, essa é a situação pela qual passava a Europa em face de sua primeira revolução industrial. É precisamente nesse marco que se dá a inserção da América Latina: responde a necessidades do capitalismo central na passagem à mais-valia relativa na medida em que permite a especialização na produção industrial e barateia bens saláris agrícolas (redução do valor da força de trabalho). Para que a tendência à queda da taxa de lucro seja mitigada, será desenvolvido no plano da circulação um intercâmbio desigual. A América Latina estabelecerá relações de trocas com o centro que, sob diversos mecanismos, permitirá que parte da massa de valor produzida na periferia lhe seja expropriada na circulação internacional. Assim, os países avançados prosseguirão sua acumulação, compensando a baixa da taxa de lucros que o progresso gera com a transferência de valor dos países atrasados. Isso trará consequências profundas sobre a organização interna do continente latino americano, que fará reproduzir sua posição submissa<sup>10</sup>.

É esse, portanto, o sentido que Marini atribui à inserção da América Latina. Subordinado, puxado por uma dinâmica do capital internacional cujo eixo está nas economias centrais industriais, o que resulta no enraizamento da dependência e sua posterior reprodução.

Embora a dependência marque a história da América latina, ela não se dá sempre da mesma maneira. Em *Dialética da Dependência*<sup>11</sup>, Marini procura analisar em uma perspectiva histórica as formas que a subordinação assume em seus diferentes momentos, em especial, economia primário-exportadora e economia industrial. Tendo como eixo de sua acumulação o setor externo, que realiza sua produção e fornece insumos essenciais, as economias dependentes recriam um padrão

---

<sup>10</sup> MARINI, [1973] 2000, p.109.

<sup>11</sup> Ibidem.

subordinado sob diferentes formas. A mais valia produzida em constante transferência para o centro capitalista deverá ser compensada por um mecanismo interno, a superexploração, que cria um ciclo vicioso, onde o resultado é uma economia cingida, onde produção e circulação não se integram, nem as diversas camadas de consumo, como no desenvolvimento orgânico do capitalismo central. O resultado não é uma versão atrasada do capitalismo, mas uma versão *sui generis*, a sua maneira, que se desenvolve a fim de reproduzir e ampliar a dependência.

## II - A análise de Marini do ciclo do capital

No ensaio *O Ciclo do Capital na Economia Dependente*<sup>12</sup>, Marini analisa, para uma economia dependente industrializada como a do Brasil ao final dos anos 1970, cada uma das três fases do ciclo D-M-D'<sup>13</sup>, definidas já por Marx, e como elas se entrelaçam com a economia mundial internalizando a dependência. O autor avança em sua proposta metodológica de criar categorias próprias para entender a realidade específica das economias dependentes, às quais as categorias tradicionais do desenvolvimento do capitalismo central podem não ser adequadas.

A primeira fase é de circulação, D-M, em que o capitalista recorre à circulação para trocar o capital na forma dinheiro por mercadorias, seja força de trabalho ou meios de produção, que serão utilizadas no processo produtivo. Uma primeira questão que se coloca é a origem desse capital dinheiro, que pode prover de distintos agentes, o capital nacional privado, o capital estatal e o capital externo.

No primeiro caso, trata-se não do capital juridicamente nacional, mas sim da mais-valia gerada internamente, no território nacional. No caso dos investimentos estatais, Marini ressalta a importância que o Estado pode desempenhar para o ciclo de reprodução do capital, direta ou indiretamente. Sua receita advém da apropriação da mais-valia privada ou até da apropriação de parte da remuneração do capital variável (através de impostos, diretos ou indiretos, sobre o capital ou sobre o trabalho, respectivamente). Também, há a mais-valia que o próprio Estado produz, pelas estatais.

Por sua vez, o capital externo se apresenta de forma direta (investimento externo direto, sendo remunerado por remessas de lucros) ou indireta (por empréstimos e financiamentos a ser utilizados pelo capital nacional, remunerado por juros, estando isento do risco produtivo). O autor

---

<sup>12</sup> Idem, [1979] 2012

<sup>13</sup> O ciclo do capital-dinheiro, que se ampliado, toma a forma D – M ... P ... M' - D' e expressa a valorização do capital em economias capitalistas pela geração de mais-valia. Ciclo em que D representa dinheiro, M, mercadoria, P, produção, M', a mercadoria com novo valor e D', o dinheiro aumentado.

ressalta que a forte presença que o capital externo tem nas economias dependentes é sua marca. Não complementa a atuação do capital autóctone, mas compete com ele. A toda entrada de capital existe uma contrapartida de saída, e assim capitalistas estrangeiros se apropriam de parte da mais-valia gerada na periferia<sup>14</sup>.

Voltemo-nos agora para outra questão da primeira fase de circulação, a origem do capital enquanto mercadoria que será utilizada na produção. A força de trabalho constitui-por ampla maioria do operariado nacional (excetuam-se alguns trabalhadores altamente especializados). Mas os meios de produção não podem ser todos obtidos internamente, em especial as máquinas e equipamentos<sup>15</sup>.

No capitalismo clássico<sup>16</sup>, a industrialização assume um desenvolvimento histórico específico, começando a revolução por indústrias de manufaturados simples, de consumo popular, para depois desenvolver-se um setor de bens de produção, a indústria pesada. Nas economias dependentes, a industrialização não segue esse caminho orgânico, pois ocorre tardiamente. A produção de bens de consumo pode contar já em sua origem com um mercado externo de bens de capital, no qual vai obter as máquinas e equipamentos que necessita. Não se faz premente a evolução da indústria pesada para o prosseguimento da acumulação, e, assim, as economias dependentes se concentram na produção de bens de consumo popular e de luxo, importando os meios de produção que não fabricam.

O que Marini expõe aqui é que pela industrialização tardia, as economias atrasadas dependem também nesse aspecto do mercado externo, ou seja, da obtenção dos meios de produção e da tecnologia externa. Além da dependência pelo aspecto do capital-dinheiro já explicado, pelo próprio capital-mercadoria, que não é produzido internamente.

A segunda fase do ciclo de capital engloba a produção onde o trabalho transformará os meios de produção e os ampliará, criando mais valor, a ser apropriado pelo capitalista. Aqui o capital já comparece sob a forma mercadoria, meio de produção ou força de trabalho; o processo produtivo retornará também mercadorias, mas transformadas.

---

<sup>14</sup> “O capital estrangeiro não se move apenas em um sentido, o da entrada na economia dependente, mas também no sentido inverso, o de saída em relação àquela. [...] Isso dá lugar a transferências de mais-valia ao exterior” (MARINI, [1979] 2012, p.26).

<sup>15</sup> “A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital” (Ibidem, p. 27).

<sup>16</sup> Entende-se por capitalismo clássico aquele dos países avançados, que (Cf. MARINI, [1973] 2000), por desenvolver-se primeiro, operou um processo orgânico nas economias centrais.

Essa etapa de produção se entrelaça com a anterior.<sup>17</sup> Conforme visto, nas economias dependentes, parte importante dos meios de produção é obtida no exterior. Empresas com maior acesso a esse mercado mundial (seja por serem estrangeiras, ou contarem com capital externo) terão acesso a máquinas e meios de produção dos países avançados, que são marcados por uma superioridade tecnológica.

Assim, cria-se um diferencial técnico na indústria das economias dependentes, em que as empresas em maior consonância com o capital externo são mais produtivas e atuam com preços de produção menores do que as empresas que devem operar sob as condições normais, médias da indústria local. Como todas as empresas, independentemente do nível tecnológico, vendem a um mesmo preço de mercado, baseado nas condições médias de produção, isso gera assimetrias. As que contam com a tecnologia externa obtêm maior margem de lucro, ocorrendo uma transferência de mais-valia para os setores mais produtivos, conforme descreve Marx em sua análise da transformação de valor e preço<sup>18</sup>. Tratam-se de lucros extraordinários, os quais a concorrência e a difusão tecnológica deveriam dissipar com o tempo.

Essa situação que é normal no capitalismo toma matiz especial nas economias dependentes. Aqui a elevação da produtividade não é fruto de um desenvolvimento orgânico, um esforço interno para alcançar mais-valia extraordinária. Ao contrário, vem de fora, e garante às empresas que tem acesso à essa tecnologia estrangeira uma posição de monopólio permanente, com sucessiva apropriação de mais valor extraordinário.

Por mais que as indústrias locais tentem inovar para alcançar esse patamar tecnológico, Marini afirma que as economias avançadas encontram-se sempre em vantagem, assim como as empresas na economia dependentes com acesso à tecnologia avançada, as mais competitivas. Ao partir de uma situação em que detém o monopólio sobre um grande diferencial tecnológico, concentram mais-valia e tem ainda mais capacidade manter essa posição. De fato, opera-se uma centralização de capital precoce nas economias dependentes, seja pela contínua absorção de mais-valia extraordinária (mais comum), seja por competição de preços, na qual as empresas associadas ao capital externo têm vantagens insuperáveis (custos inferiores).

Assim, resta às empresas locais tentar apenas atenuar esse mecanismo de transferência. E o farão, conforme raciocínio que Marini já desenvolvera anteriormente<sup>19</sup>, através da superexploração. Ou seja, mecanismos que remuneram a força de trabalho abaixo do seu valor real, a saber, aumento

---

<sup>17</sup> “Entretanto, a fase de produção não é independente em relação à primeira fase de circulação; a maneira como esta se realiza condiciona o processo de produção imprimindo-lhe características próprias” (MARINI, [1979] 2012, p.28).

<sup>18</sup> MARX, [1894] 1980.

<sup>19</sup> MARINI, [1973] 2000.



da intensidade do trabalho, da jornada e baixa forçada de salários. Mas a superexploração se generaliza na economia dependente, ampliando os lucros das empresas dinâmicas e reduzindo os preços em geral, pela redução artificial do preço do trabalho.

Mas para que seja possível remunerar o trabalho abaixo de seu valor, a capacidade de reivindicação do operariado deve ser desarticulada, pelo qual se faz essencial a manutenção de um largo exército industrial de reserva, que se amplia enquanto se inserem as novas tecnologias (sobretudo externas) e se eleva a composição orgânica de capital. Vale lembrar a importância de fatores extra econômicos que também concorrem para esse movimento, como a ação estatal.

Marini ressalta como a dependência do mercado externo que se manifestava na primeira fase de circulação do capital se arrasta para a fase de produção. O capital externo entra nas economias dependentes em busca qualquer oportunidade lucrativa ignorando o desenvolvimento interno. Assim, setores que demorariam a se desenvolverem num processo orgânico, como o das economias centrais, são precipitados, com a inserção abrupta de tecnologias estranhas a indústria nacional. É por isso que a produção passa a se desligar das necessidades reais de consumo da massa do mercado interno, o que em *Dialética da Dependência*<sup>20</sup>, Marini chamou de cisão das esferas de circulação.

A terceira e última fase do ciclo de capital compreende a etapa em que a mercadoria produzida retorna à forma dinheiro pela realização do valor. É, portanto, uma segunda fase de circulação.

Existem três categorias de mercadoria, a saber: bens-salário, que entram no consumo das massas trabalhadoras; bens suntuários, que não entram nesse consumo do operariado, mas sim no das classes mais altas; e os bens de capital, comprados pelos capitalistas para uso na produção, e consumidos ao longo dela. Assim, resta saber como se dá a realização dos bens de consumo, populares ou de luxo. Conforme analisa Marini na fase de produção, nas economias dependentes, a produção de bens de capital é muito reduzida em função da oferta externa de tecnologia, o que faz com que o mercado de bens de consumo tenha ainda mais centralidade na etapa de circulação nas economias atrasadas<sup>21</sup>.

A superexploração que se opera no âmbito da produção faz com que a remuneração do trabalhador esteja abaixo do seu valor, o que reprime o consumo dos bens-salário e a dificulta a realização desse tipo de mercadoria.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> “Em última instância, toda a produção industrial está referida a este [ao consumo individual, não produtivo], posto que representa a destinação última da produção, embora boa parte dela, e inclusive uma parte majoritária, seja consumida no curso do próprio processo de produção e não compareça nunca no mercado de consumo. Esse caráter [...] acentua-se na economia dependente, pelo fato que já assinalamos anteriormente: o de que esta prolonga sua produção de bens de consumo em função da oferta externa de bens de capital a à qual pode recorrer” (Idem, [1979] 2012, p.33).

Os capitalistas, por sua vez, têm que ceder parte da mais-valia produzida internamente para o capital externo, através dos mecanismos expostos por Marini na análise da primeira fase de circulação. Com o vazamento de parte do valor produzido, o mercado interno é comprimido. Da mais-valia que resta, parte é acumulada, e outra parte é utilizada para consumo das classes não trabalhadoras, um consumo suntuário, essencialmente.

Assim, as diferentes esferas de consumo individual caracterizam a estrutura de distribuição de renda da economia dependente, fundada ou nos salários ou na mais-valia não acumulada. Revela-se assim a dinâmica da dependência. Devido à forma como a produção se organiza, com a superexploração, comprime-se o consumo fundado na remuneração do trabalho e se amplia a mais-valia, o que contribui para o aumento do consumo suntuário. É assim que Marini explica a alta concentração de renda e riqueza que se observa nas economias dependentes<sup>22</sup>.

Como o mercado de luxo se torna o setor dinâmico, a produção aprofunda sua tendência de concentrar-se na indústria suntuária, num mecanismo cíclico, que tem como consequência afastar cada vez mais as massas trabalhadoras. A produção perde a conexão com as necessidades da população, e, conforme Marini expõe em trabalho anterior (1973), sob a ótica da cisão das esferas de consumo, surgem dois tipos de indústria, uma para cada grupo de bem de consumo. A chamada tradicional, para os populares, e as dinâmicas, para os bens suntuários, eixo da acumulação, que cresce a taxas elevadas. Mas o mercado interno tem sua expansão limitada (devido ao fluxo de mais-valia para o capital estrangeiro), o que faz com que o comércio exterior complete parte da circulação<sup>23</sup>.

Assim, Marini conclui que as três fases do ciclo do capital nas economias dependentes se entrelaçam e se co-determinam, sempre marcadas pela entrada imposta do capital externo (na forma dinheiro ou mercadoria). Gera-se então um processo que perpetua a superexploração, estratificação do mercado interno, a concentração de capital, os lucros extraordinários, a desigualdade na distribuição de renda, enfim, a dependência em sua essência, reproduzindo e ampliando suas contradições.

---

<sup>22</sup> Concentração de renda que se perpetua até os dias atuais, inclusive com a suposta ascensão da “classe C”, no debate mencionado da nova classe média. LUCE, 2013b.

<sup>23</sup> “Portanto, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e sublinhar as formas particulares que assume esse divórcio nas distintas fases de seu desenvolvimento) se insistiu: a) no fato de que esse divórcio se gera a partir das condições peculiares que adquirem a exploração do trabalho em dita economia - as que denominei superexploração; e b) na maneira como essas condições fazem brotar, permanentemente, desde o seio mesmo da produção, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao se configurar a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização” (MARINI, [1973] 2000, p.155).

### **III - A retomada da teoria da dependência e o padrão de reprodução do capital**

Nos anos recentes, alguns autores vêm retomando e divulgando o pensamento original de Marini e seus companheiros, inclusive no Brasil onde a obra do autor permaneceu ignorado devido ao seu longo exílio e a um tratamento injusto pela academia brasileira<sup>24</sup>. Jaime Osório, Marcelo Carcanholo, Adrian Valencia, Carlos Eduardo Martins, Mathias Luce, são alguns dentre os muitos autores que tentam resgatar a teoria marxista da dependência, ganhando força no país a partir da segunda metade da década de 90<sup>25</sup>, período em que o neoliberalismo passa a dominar o panorama política e ideológico internacional tendo por pano de fundo um novo padrão de acumulação flexível e uma nova divisão internacional do trabalho.

Nos anos recentes, o neoliberalismo no continente passou por algumas mudanças. Observa-se uma ascensão na América Latina de governos mais atentos à questão social, que se propõem como progressistas, governos como os Kirchners, Chávez e Maduro, Morales e Lula e Dilma no Brasil, entre outros. Esses mandatos advogam o retorno de padrão de crescimento neodesenvolvimentista. Mas isso está longe de mudar a condução real de dependência no continente, pois as marcas de subdesenvolvimento e superexploração não desapareceram. É necessário buscar alternativas ao atual padrão de desenvolvimento que polariza, concentra, explora. A retomada da teoria da dependência é, além de essencial para a compreensão da história da América Latina, um poderoso instrumento para mudar essa mesma história, e permitir um destino diferente ao seu povo.

Um passo importante nesse sentido é o desenvolvimento da categoria padrão de reprodução do capital, por Jaime Osório<sup>26</sup>. A proposta remonta ao artigo de Marini de 1979, em que expõe a lógica da economia dependente através da análise de seu ciclo do capital, conforme analisado neste trabalho. Osório formaliza esse método de análise e o enriquece, criando uma formulação original que permite criar uma visão totalizadora e interdisciplinar do desenvolvimento histórico das economias, dependentes ou não.

Na medida em que o capital, em suas múltiplas formas do capital social, percorre seu ciclo de valorização, vai deixando pegadas, rastros, que originam padrões de comportamento nas distintas sociedades. Assim, ao focar em determinados setores, aplicar tecnologias específicas, explorar de diferentes maneiras, etc., o capital cria um padrão de reprodução, que organiza a sociedade de maneira especial, em sua especificidade temporal. É esse o interesse da investigação de Osório.

---

<sup>24</sup> Para mais detalhes, conferir o artigo “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil” (PRADO, 2011).

<sup>25</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>26</sup> OSORIO, 2012b

Como se estabelece cada padrão, com sua ascensão, auge e declínio, como se transita de um padrão de reprodução para outro, e principalmente, como são essas pegadas que deixa o capital em cada etapa da história.

Conforme ressalta o autor, o marxismo é uma teoria totalizante, que lida com diferentes níveis de abstração e os integra. Partindo de aparatos mais gerais para outros mais concretos, temos: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução de capital, formação econômico-social e conjuntura<sup>27</sup>. Cabe justamente à categoria padrão de reprodução de capital fazer dialogar níveis de análise mais abstratos e mais particulares. Por essa mediação, torna-se possível introduzir um caráter histórico, geográfico e social na reprodução do capital, no âmbito de países, regiões, formações econômico-sociais, etc.

O capital apresenta três ciclos que na verdade se integram<sup>28</sup>, diferenciando-se pela forma que toma o capital que tem então destaque. As análises sobre o padrão de reprodução do capital devem entender como esses ciclos se integram, convergindo num processo de valorização. No entanto, o ciclo do capital-dinheiro é tomado, assim como no trabalho de Marini de 1979, como o principal eixo para a análise, já que, como afirma Marx, é esta a forma geral do capital industrial<sup>29</sup>.

Os ciclos do capital são, portanto, importantes instrumentos para o trabalho proposto. Como limitação, os ciclos não trabalham com a forma material que o capital assume em suas etapas, enquanto valor de uso. Muitos elementos têm de ser considerados nesse âmbito (origem do capital, tipo de tecnologia, formas de organização da produção, entre outros). Também, os ciclos não trabalham com uma das principais formulações de Marx, a lei tendencial à baixa de lucro, elemento constitutivo da lógica do capitalismo e da teoria de crises marxista. Essas questões devem então ser incorporadas na proposta teórica de Osório.

Ainda, conforme insiste o autor, essas reflexões de Marx devem ser apropriadas sempre levando em conta a dimensão histórica que engloba a categoria padrão de reprodução do capital. Assim, deve-se dialogar com a expressão do valor em valor de uso, e atentar para a conexão com outros níveis de análise. Os padrões de reprodução surgem e são destruídos, substituídos, através de processos históricos que englobam dimensões extra econômicas, nos ajudando a entender também dimensões políticas e a luta de classes em cada situação histórica.

---

<sup>27</sup> "Para compreender o papel heurístico da noção de padrão de reprodução do capital é necessário inicialmente sublinhar que no marxismo existem diferentes níveis de análise, uns mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias em cada nível, mas inter-relacionadas no corpus teórico que os constitui, os quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos. É com base nessa perspectiva que se fala de noções como modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômica-social e conjuntura" (Ibidem, p.38).

<sup>28</sup> Ciclo do capital-dinheiro, o ciclo do capital-produtivo e o ciclo do capital-mercadoria. Ibidem, p.45

<sup>29</sup> MARX, [1885] 1982.

Através da análise do ciclo do capital-dinheiro, Osório se propõe traçar uma análise através das pegadas que deixa o capital. Tal ciclo, conforme Marini<sup>30</sup> já expusera com maestria para uma economia dependente, engloba três fases, uma primeira de circulação, seguida por uma de produção e outra etapa de circulação. Assim, completa-se o processo  $D - M \dots P \dots M' - D'$ <sup>31</sup>. Será exposta aqui a metodologia proposta por Osório, assim como suas ponderações sobre algumas categorias da teoria da dependência. A proposta do autor é explicitar esta categoria de análise para que se possa estudar uma economia dependente em seus diversos momentos históricos, assim como Marini o fez ao final dos anos 1970.

A primeira fase de circulação em que o capitalista obtém os meios necessários a sua produção é representada pela transformação  $D - M$ .

A respeito do dinheiro que aparece inicialmente no ciclo, algumas questões devem ser investigadas. De acordo com as preocupações de Marini<sup>32</sup>, pergunta-se quem investe. As possibilidades vêm do capital privado nacional, o capital privado externo e o capital estatal. Se deve atentar às proporções em que aparecem que cada tipo de capital nessa etapa, para saber a predominância na economia sob análise. Conforme Marini analisa, as economias dependentes são marcadas por forte presença do capital externo. E, no caso da América Latina, também o capital estatal tem grande importância<sup>33</sup>.

É importante observar também o montante dos investimentos e para onde se dirigem. Essas questões tem a importante função de revelar que ramos e setores industriais constituem o eixo de acumulação no padrão de reprodução em questão.

Em geral, às indústrias que constituem o eixo de acumulação correspondem maiores investimentos, e, por causa disso, elas podem apresentar maior índice de concentração e monopolização, bem como menores custos de produção, o que permite a obtenção de lucros extraordinários. A compra de maquinário e tecnologias mais avançadas contribui para que suba a composição orgânica do capital nesses setores privilegiados.

Osório ressalta aqui que os setores eixo de acumulação não são indiferentes para o desenvolvimento da economia em questão. Diferentes indústrias têm distintas capacidades de arraste, de encadeamento, e, portanto, de fomentação do crescimento de outros setores. O debate

---

<sup>30</sup> MARINI, [1979] 2012.

<sup>31</sup> Conforme já explicado, D representa dinheiro, M, mercadoria, P, produção, M', a mercadoria com novo valor e D', o dinheiro aumentado.

<sup>32</sup> MARINI, [1979] 2012.

<sup>33</sup> Ibidem, p.24-25.

desenvolvimentista esteve atento a isso, recomendando a produção de bens de maior valor agregado e processamento<sup>34</sup>.

Também, para a análise do padrão de reprodução do capital, cabe questionar que valores de uso são gerados pelos setores favorecidos pelos investimentos nessa fase. Questionar como as mercadorias produzidas se aproximam das diferentes necessidades sociais. Questionar se se dirigem a mercados estabelecidos ou se criam uma demanda nova.

Após a análise do capital-dinheiro em si, deve-se investigar as mercadorias que ele adquire para dar início ao processo produtivo. O primeiro tipo dessas mercadorias é composto pelos bens de produção que irão compor o capital constante. É o grau de avanço tecnológico desses meios de produção que irá estabelecer a produtividade da indústria, seus custos de produção e, portanto, sua capacidade de obter lucros extraordinários pela distância desses custos do preço médio de mercado. Cabe também questionar a origem dos meios de produção, se adquiridos internamente ou externamente. Osório avalia que assim é possível estabelecer o grau de desenvolvimento do setor produtor de bens de produção. Se obtidos externamente, o segundo setor estará pouco desenvolvido e parte da mais valia do país vazará para o exterior pela compra de maquinário<sup>35</sup>.

O segundo tipo de mercadoria a ser obtido para a produção é a força de trabalho, que além de transformar os meios de produção, transferindo seu valor à mercadoria final, acrescenta um mais valor. Osório faz algumas mediações quanto ao valor da força de trabalho. Ela inclui o desgaste do operário na produção, e também uma remuneração por anos não ativos do trabalho, baseando-se em condições médias<sup>36</sup>. O pagamento do capital variável deve permitir ao trabalhador seu sustento e reprodução por toda a vida. A superexploração se dá então sempre que não se garante isso, por redução salarial ou aumento do desgaste sem ressarcimento salarial pleno, o que inclusive pode reduzir a vida do trabalhador, com aumento de acidentes, problemas nervosos, etc.

O valor da força de trabalho não se relaciona apenas às necessidades fisiológicas dos trabalhadores, mas é determinado socialmente, por condições médias. Assim, devem-se levar em consideração as dimensões espaço e tempo que a análise do padrão de reprodução do capital tenta incorporar. A localização geográfica influencia nas demandas da mão-de-obra (por exemplo, trabalhadores dos trópicos têm necessidades distintas dos de regiões com clima polar). Também, o tipo de cultura da sociedade em questão que determina quais bens são necessários ou não. Essa avaliação não é estática, e em cada época, novos bens são incorporados ao consumo da classe

---

<sup>34</sup> Debateu-se a dificuldade institucional de se agregar progresso técnico na industrialização periférica. Ver BIELSCHOWSKY, 2009.

<sup>35</sup> OSÓRIO, 2012b, p.50

<sup>36</sup> O autor faz uma interessante discussão sobre as múltiplas determinações do valor da força do trabalho: “É o valor total da força de trabalho que determina seu valor diário” (Ibidem, p. 50).

trabalhadora, enquanto outros são esquecidos. Portanto, o valor da força de trabalho responde também a determinantes históricos e morais, e se fixa através da luta de classes.

Muitas outras questões são relevantes quanto à obtenção da força de trabalho nessa etapa de circulação. Dizem respeito à sua localização geográfica, a heterogeneidade da mão-de-obra, a forma predominante de contratos, a qualificação demandada, que indústrias mais contratam, dentre tantos outros fatores.

A segunda fase do ciclo do capital é a etapa produtiva, em que se efetua a valorização do capital. Um das questões de destaque na análise do padrão de reprodução do capital é a forma como o trabalho é explorado. A possibilidade de ser remunerado por abaixo de seu valor, constituindo superexploração, ocorre na esfera anterior, de circulação. Aqui, interessa as formas de exploração que tomam lugar na produção, sob as quais a visão de Osório pondera a de Marini, dado os problemas apontados nas formulações originais do segundo.

O primeiro mecanismo a se considerar é ampliação da jornada de trabalho, que se insere na mais-valia absoluta. Osório ressalta que tal extensão responde às necessidades dos trabalhadores, de repor seu desgaste, e dos capitalistas, de gerar mais-valia, numa correlação de forças. O autor aponta uma forma de extração de mais valor pouco aparente. O prolongamento do tempo de trabalho pode se dar a tal ponto que não é mais possível restaurar o desgaste físico e mental do operário. Assim, independentemente do salário, o trabalhador não consegue mais recuperar o esforço dispendido, o que se manifesta em redução de vida útil e total. É também uma forma de superexploração, já que não se paga ao trabalhador o que ele dispende na produção, o valor da força de trabalho<sup>37</sup>.

Quanto à análise da exploração pela mais-valia relativa, o aumento de produtividade nos setores produtores de bens salários reduz o valor destes, e, portanto, o valor da força de trabalho. Assim, sobe a composição orgânica de capital e se amplia a taxa exploração e lucro, sem com isso comprimir o consumo dos trabalhadores, permitindo inclusive sua expansão. Tudo, através de menor esforço do trabalhador. Osório argumenta que, no capitalismo, essas possibilidades que abre a mais-valia relativa são aproveitadas pela lógica de valorização do capital, e, portanto, os aumentos de produtividade aparecem acompanhados do aumento de intensidade do trabalho<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> “Porém, ultrapassado certo ponto, a partir do qual o desgaste físico e mental não pode ser repostado, o aumento de horas de trabalho diárias não consegue ser compensado pelo aumento do salário. Nesses casos, o capital está se apropriando hoje de anos futuros de trabalho, o que não só viola o valor da força de trabalho, mas implica redução da vida útil do trabalhador e de sua expectativa de vida de acordo com as condições normais dominantes.” (Ibidem, p.55).

<sup>38</sup> “O capitalismo, porém, não existe para oferecer melhores condições de vida. Seu objetivo é a valorização [...]. Nessa lógica, a elevação de produtividade propicia a elevação da intensidade do trabalho.” (Ibidem, p.57).

A ampliação da intensidade do trabalho, ao contrário do que defendia Marini<sup>39</sup>, insere-se na mais-valia absoluta, na medida em que aumenta o esforço do trabalhador. Mas para que se siga intensificando o trabalho, são necessárias inovações tecnológicas e na organização do trabalho que ampliem o tempo ocioso. É nesse sentido que a produtividade anda lado a lado com a intensidade do trabalho.

Assim como no caso da extensão da jornada laboral, passado certo ponto de intensificação do trabalho, o desgaste do operário é tamanho que não pode ser repostado por maior remuneração. Assim, reduz-se também a vida útil e total do trabalhador. Ao contrário do prolongamento da jornada, que amplia o número de acidentes de trabalho e o desgaste físico, o aumento da intensidade faz aumentar as doenças nervosas e psicológicas. Enquanto o aumento da exploração pela jornada aparece principalmente em empresas mais atrasadas, de médio e pequeno porte, a via da intensidade é mais comum em empresas de ponta, de alta tecnologia, que podem inclusive garantir jornadas menores.

Outra questão importante sobre o processo produtivo é a forma como se organiza o trabalho. Diversos modos existiram na história (fordismo, pós-fordismo, sistema flexível, etc.), sendo protagonistas ou coadjuvantes. Alguns fatores contribuem para a forma que tomará a organização do trabalho, como o tipo de valor de uso a ser produzido e o tipo de capital constante que entrará na produção, permitindo diferentes arranjos na planta produtiva. Esses fatores devem ser também considerados na análise do padrão de reprodução do capital.

Na última fase do ciclo do capital, há um retorno para uma esfera de circulação, onde a mercadoria produzida deve ser transformada em dinheiro pela venda. Osório expõe que a segunda fase de circulação é a que está mais vulnerável a crises, já que a produção deverá realizar-se, confirmando se as decisões de investimento estavam corretas ou não.

Um primeiro ponto de interesse são os mercados que irão comprar e consumir os bens. Osório distingue cinco deles. Um mercado orientado para o consumo de bens de produção, para repor o desgaste que o capital constante sofre na produção. Outro fundado na mais-valia não acumulada, de consumo individual de alguns bens necessários e bens suntuários. É composto por burgueses, pequenos burgueses e alguns profissionais liberais. Um terceiro mercado, formado pela elite do operariado e o grosso da pequena burguesia. Um quarto, pelas camadas mais baixas dos trabalhadores, empregados ou não. E por fim, um mercado formado pelos marginais da sociedade, como os desempregados crônicos.

---

<sup>39</sup> MARINI, [1973] 2000.



Dependendo de qual mercado é privilegiado pela produção, podemos ter uma ideia de que indústrias ocupam os eixos de acumulação e quais são secundárias. Aqui, deve-se atentar para a importância de mercados externos, que podem complementar a circulação interna, como é o caso da América Latina, segundo a análise de Marini exposta.

Novamente, não devemos deixar de observar quais são os valores de uso produzidos. Estes indicam o grau de desenvolvimento da economia sob análise e sua fragilidade frente às flutuações do comércio mundial, dependendo da essencialidade dos bens que produzem.

#### **IV - O Novo Padrão de Reprodução da América Latina**

Podem-se utilizar as questões levantadas pela categoria do padrão de reprodução do capital para operar um estudo sobre a nova inserção da América Latina. A transformação no padrão internacional de acumulação, que se configura na década de 80 e expandiu o neoliberalismo na região, provocou mudanças estruturais através de crises e reformas. Assim, consolidou-se no continente um novo modelo exportador, no qual a industrialização se centra sobre apenas alguns setores específicos, perdendo-se a proposta diversificadora de décadas anteriores.

Distinguem-se três padrões de reprodução do capital dominantes ao longo da história da América Latina, desde sua independência. Um primeiro, agromineiro exportador, que vai da independência do continente até o início do século XX. A década de 30 marca a etapa de transição para um novo padrão, o industrial, que se divide em duas fases: inicialmente uma autônoma, voltada para dentro (do fim dos anos 30 até década de 40), seguida por uma etapa associada ao capital externo (dos anos 50 até os anos 70). É até aqui que Marini conduz sua análise em *Dialética da Dependência*. Os anos de crise entre 1970 e 1980 marcam outra etapa de transição, para o novo padrão de reprodução do capital na América Latina, o modelo exportador com especialização produtiva, que será aqui explorado<sup>40</sup>.

O novo modelo exportador difere do estabelecido no continente na virada do século XIX, já que os objetos de exportação possuem hoje maior grau de processamento. No entanto, algumas velhas formas ressurgem, e se observa o retorno da especialização em atividades agro-mineradoras, que, junto com alguns bens secundários, conformam o principal peso nas exportações da região.

Nesse novo padrão, cabe analisar na primeira fase de circulação, os mercados. O comércio exterior volta a tomar posição central, sendo os EUA o principal parceiro, seguido pela União

---

<sup>40</sup> OSORIO, 2004; OSORIO, 2012a

Europeia, a Ásia e o Pacífico, e a China, mercado em ascensão<sup>41</sup>. Na região, a Argentina desponta como principal exportador e importador.

Assim posto, os setores dinâmicos da indústria local orientam-se para o exterior, o que se reflete em grande crescimento das exportações. De fato, a partir dos anos 80, o valor das exportações em dólares chega a duplicar em períodos curtos, como de sete anos<sup>42</sup>. É um crescimento impressionante, inclusive como proporção do PIB, superando a média mundial<sup>43</sup>.

Grande parte dessa retomada de investimentos após os anos de estagnação da crise da dívida devem-se ao afluxo de capital externo, sobretudo de investimentos externos diretos (IED), que quintuplicam entre 1990 e 1996<sup>44</sup>. O avanço do neoliberalismo resultou em privatizações e flexibilização do controle do capital externo, o que contribuiu para esse aumento espetacular dos IEDs.<sup>45</sup> Outro estímulo para tais investimentos foi a descentralização produtiva que permitiu que certas etapas da cadeia produtiva fossem transferidas para a periferia. É nesse contexto que aparecem as empresas maquiladoras e de montagem, entre outras.

As referidas privatizações também contribuem para que parte da produção esteja sob controle externo, sobretudo nos mercados dinâmicos. De fato, às empresas estrangeiras situadas na América Latina corresponde cerca de 40% das exportações, superando as parcelas do capital nacional privado ou estatal<sup>46</sup>.

Os anos de crise foram marcados por diversas falências. Somadas ao processo de privatização que percorreu a América Latina nos anos 80 e 90, operaram grande centralização de capital, o que consolidou algumas poucas grandes empresas, com controle sobre os setores dinâmicos da indústria no continente. Àquelas sob o comando do capital nacional privado, couberam principalmente os setores de comércio, agroindústria, alimentos e telecomunicação. O Estado teve sua participação na economia muito reduzida, restando a algumas estatais a atuação em setores de mineração e energia, elétrica, petróleo e gás. O capital externo, também importante presença nesses ramos mencionados, manteve controle sobre automobilística e eletrônica.

Tratando-se de um modelo exportador que negligencia a diversificação produtiva, os países latino-americanos passaram a voltar-se a atividades com as quais contassem com vantagens comparativas, os novos eixos da acumulação no continente. Operou-se assim uma especialização

---

<sup>41</sup> OSORIO, 2012a, p.123

<sup>42</sup> Ibidem, p.106

<sup>43</sup> Ibidem, p.108

<sup>44</sup> Ibidem, p.109

<sup>45</sup> “a América Latina constitui, no entanto, a região ‘em desenvolvimento’ onde tais investimentos mais cresceram relativamente nos anos” (Ibidem, p.109).

<sup>46</sup> Ibidem, p.110

produtiva, que pode ser observada pelo crescimento do peso dos principais produtos de exportação<sup>47</sup>. Destes novos “carros-chefes” da produção, destaca-se que a maior parte deles são bens de extração ou agrícolas, como ferro, cobre, petróleo, soja, café, etc., o que mantém a América Latina como provedora de alimentos e matéria-prima. Também se destacam os industriais nos ramos automobilísticos e de eletrônicos, relacionados às operações de montadoras.

O novo padrão de reprodução do capital latino americano repete então importantes fatores do modelo exportador que predominou até o início do século XX. O destaque que ganha o mercado externo como espaço de realização da produção nacional em seus eixos dinâmicos reedita os problemas de cisão do ciclo do capital que Marini já apontava em *Dialética da Dependência*. Essa separação tem como consequência o desligamento da estrutura produtiva e das necessidades reais de consumo da população local.

Cabe analisar a presente situação dos trabalhadores na América Latina, já que esse novo padrão de reprodução do capital, à imagem dos anteriores, tende a desprezar o consumo individual dos trabalhadores em prol de seu consumo produtivo. Os mercados externos são protagonistas nessa nova etapa de dependência, tanto como demandantes das indústrias dinâmicas locais, quanto como fornecedores de tecnologia e bens de produção. Assim, o mercado interno perde relevância, o que é reforçado pela histórica compressão salarial, que faz com que os trabalhadores não possam incluir em seu consumo necessário os bens gerados pelo eixo industrial exportador.

Também, a deterioração das condições do trabalho passa a ser indispensável para a manutenção do padrão de reprodução atual, na medida em que os baixos custos com mão-de-obra se convertem em uma das principais vantagens comparativas da região. Portanto, a inserção da América Latina segue dependendo dessa opressão da massa trabalhadora. Conforme apontava Marini, a exploração brutal do trabalhador é a marca da dependência, o que não muda no novo cenário.

De fato, o que se observa na atualidade é uma ofensiva contra os trabalhadores, com dados apontando piora das condições de trabalho e compressão salarial. Depois da década de 80, a “década perdida”, em que se efetuou grande arrocho salarial, os salários reais na América Latina tiveram uma branda recuperação, mas com redução da capacidade de consumo<sup>48</sup>. Observam-se com clareza os problemas encontrados quando se considera a trajetória da participação do salário no

---

<sup>47</sup> “[...] é importante destacar o peso crescente dos dez principais produtos de exportação no total das exportações, os quais passam de 29,2% a 35,1% entre 1995 e 2008, evidenciando uma crescente especialização exportadora” (Ibidem, p.111).

<sup>48</sup> Ibidem, p. 128

PIB, que mesmo em países que apresentam tendências positivas (caso do Brasil), não chega perto do nível de países centrais como os Estados Unidos<sup>49</sup>.

Paralelamente, as jornadas são estendidas, contribuindo para a exploração e para a precarização das condições de trabalho. Também, os índices de pobreza seguem altos, ainda que com a flexibilização dos critérios oficiais: em 2007 atinge 34,1% da população do continente, sendo 12,6% outros indigentes<sup>50</sup>. Tudo isso contribui para elevar a desigualdade na região, que apresenta dados assustadores que qualificam a América Latina como a região de pior distribuição de renda do planeta.

Os dados são um pouco melhores no caso específico do Brasil. O governo do partido dos trabalhadores (PT) implementa, desde 2003, uma política de valorização do salário mínimo e de transferências sociais. Entretanto, os índices seguem preocupantes, e os ganhos da maior parte da população ainda estão longe do salário mínimo necessário<sup>51</sup>. A suposta ascensão da “classe C”<sup>52</sup>, que se inseriria agora na classe média, segundo tese amplamente divulgada, é falaciosa. A expansão do consumo nessas camadas mais baixas só foi possível pelo crescimento do endividamento das famílias e pelo aumento da superexploração (jornadas mais longas e mais intensas), assim como pela alteração do valor-histórico moral da força de trabalho sem reajuste de sua remuneração (bens antes suntuários, como eletrodomésticos, passam a compor o consumo popular). Assim, a aparente melhora das condições de vida nessa “classe C”, composta por trabalhadores, é, em essência, fruto de maior exploração, que se intensifica nas formas atuais do capitalismo dependente<sup>53</sup>.

Isso revela o caráter estrutural da condição dos trabalhadores e da economia latino americana em geral, marcadas pela dependência que se impõe em toda a história de inserção na economia mundial. Conforme analisou Marini, um processo de desenvolvimento fundado nos marcos da dependência tende a entrar numa espiral cíclica que reforça essa condição, se recriando, mas conservando a condição subordinada<sup>54</sup>. Assim, as características do atual padrão de reprodução do capital devem ser entendidas como consequências de padrões anteriores, bem como respostas às suas contradições, numa síntese dialética. É dessa maneira que a superexploração se reproduz e se

---

<sup>49</sup> Enquanto entre os anos 70 e 2000, o Brasil alcança um máximo de participação dos salários no PIB de 53,5% (mas mantendo-se próximo de 40%, sendo este o caso mais positivo), os EUA oscilam em uma taxa de 60%. Para mais detalhes, Ibidem, p.128-129.

<sup>50</sup> Ibidem, p.130

<sup>51</sup> Cf. OURIQUES, 2013, p. 134: “Desde ahí se puede comprender porqué en 2012 las huelgas volvieron a resurgir con fuerza en el país, en donde supuestamente emergió una pujante clase media, como afirman los optimistas desarrollistas” (Ibidem, p136).

<sup>52</sup> Indivíduos com renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$1019,00, de acordo com LUCE, 2013b.

<sup>53</sup> LUCE, 2013b.

<sup>54</sup> “[...] uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põem em marcha em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico” (MARINI, [1978] 2000, p.177).

recria nos dias de hoje. As marcas do subdesenvolvimento permanecem na América Latina, ampliadas.

## Considerações Finais

Conforme defende Marini ao longo de sua obra<sup>55</sup>, a América Latina se insere de maneira subordinada no capitalismo mundial, o que reflete na forma específica que sua organização interna toma, internalizando a dependência e criando um capitalismo *suis generis* no continente. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são ambas partes de um mesmo processo, a expansão mundial do capital, que se desenvolve de maneira desigual e combinada, gerando diferentes ritmos de acumulação pelo mundo.

É através dessa análise que devemos então estudar como se desenvolveram as relações de troca e produção, da economia colonial até os dias atuais. Como método analítico, a proposta teórica de Jaime Osório é de suma importância. A utilização do padrão de reprodução do capital como categoria de estudo, permite integrar diversos níveis de análise, numa proposta interdisciplinar que ajuda entender como as leis gerais do capitalismo se inserem em regiões específicas, a níveis mais concretos. Os trabalhos de Marini orientaram-se nesse sentido, tendo realizado uma caracterização da economia dependente pela análise de seu ciclo do capital. As propostas recentes de autores que retomaram a teoria marxista da dependência contribuem para formalizar e enriquecer essa visão original de Marini.

Assim, como foi exposto, é possível realizar um estudo crítico da condição atual da América Latina, do novo padrão de reprodução no continente, que mantém a dependência e todas as suas consequências. Contrariando o discurso hegemônico - de direita ou de esquerda - o continente latino americano e o Brasil, mais especificamente, estão longe de superar o passado. A subordinação frente à economia mundial permanece, mas sob novas roupagens, que devem ser desvendadas. A dependência segue se reproduzindo, de maneira ampliada, conforme alertara Marini<sup>56</sup>. É, portanto, ainda mais vital retomar essa perspectiva crítica, sobretudo nesse cenário de avanço do capitalismo neoliberal sob o discurso neodesenvolvimentista<sup>57</sup>.

A proposta central deste trabalho é, portanto, revelar a vitalidade da obra de Marini, que ainda hoje constitui elemento fundamental para a compreensão da realidade dependente da América Latina. Através dos desenvolvimentos mais recentes da teoria marxista da dependência, num

---

<sup>55</sup> MARINI, [1973] 2000, [1979] 2012.

<sup>56</sup> MARINI, [1973] 2000, p.109.

<sup>57</sup> Autores destacados do neodesenvolvimentismo são Marcelo Neri e Bresser Pereira, entre outros.

esforço de retomada crítica, a respeito dos novos modos de inserção frente à globalização, seu pensamento pôde ser renovado e continuado. Acredita-se ser possível assim abrir caminhos para uma melhor compreensão e crítica do capitalismo em seu âmbito global. Afinal, para mudar a condição dependente do continente é preciso também estudá-la, entendê-la, revelá-la.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, M., CARCANHOLO, M.. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C., LUCE, M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 87-102.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista CEPAL*. Brasília, Volume 97, 2009, p. 173-194.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília, IPEA, 2013, p. 71-98.

FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. SINAL, 1968.

JÚNIOR, Mário Guimarães; LOPES, Tiago. Trotsky's Law of Uneven and Combined Development in Marini's Dialectics of Dependency. Disponível em < <http://iippe.org/wp/wp-content/uploads/2013/06/Tiago-Lopes-and-Mario-Costa-de-Paiva-Guimaraes-Junior.pdf>>. Acessado em 7 de Novembro de 2013.

KAY, Cristóbal. Teorias estruturalistas e a teoria da dependência na era da globalização. In: SADER, E; SANTOS, T. (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 361-389.

LENIN, Vladimir. *Que Fazer?*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, (1902) 1973. 235 p.

LUCE, Mathias. A Superexploração do trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília, IPEA, 2013a, p. 145-166.

\_\_\_\_\_. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 169-190, 2013b.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica. São Paulo: Abril Cultural, (1913) 1984.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, (1923) 1985.

MARINI, Ruy Mauro. As Razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Buenos Aires, CLACSO, (1978) 2000, p. 167-241.

\_\_\_\_\_. O Ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: São Paulo: Boitempo Editorial, (1979) 2012, p. 21-35.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Buenos Aires, CLACSO, (1973) 2000, p. 105-165.

\_\_\_\_\_. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Buenos Aires, CLACSO, (1996) 2000, p.269-295.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Revista Crítica Marxista*. Número 32, 2011, p.127-146.

MARX, K. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital – Volume I. São Paulo: Difel, [1867] 1982.

\_\_\_\_\_. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital – Volume II. São Paulo: Difel, [1885] 1982.

\_\_\_\_\_. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 2: O Processo de Circulação do Capital – Volume III. São Paulo: Civilização Brasileira, [1894] 1980.

\_\_\_\_\_. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 3: O Processo Global da Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1894] 1974.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C., LUCE, M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. El nuevo patrón exportador latinoamericano. In: OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa, UAZ, 2005, p. 101-127.



\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C., LUCE, M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 37-86, 2012b.

OURIQUES, N. La Crisis del Neodesarrollismo. *Revista Argumento: Estudios Críticos de la Sociedad*. México, Número 72, p.129-140, 2013.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, v. 29, n. 2, 2011, p. 68-94.

PRADO, Fernando Correa e MEIRELES, Monika. “Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos”. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.c

SADER, Emir. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. In: SADER, E; SANTOS, T(Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro:Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 27-36.

VALENCIA, Adrián Sotelo. La crisis de los paradigmas y la teoría de la dependencia en América Latina. *Revista Dialéctica*, número 28, p. 18-39, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do Sistema-Mundo: 1945-2025. In: SADER, E; SANTOS, T. (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro:Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 53-78.